



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 030

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democrata

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democrata Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democrata** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 030

28ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 04

Memorando 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 06

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 10

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 11

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 13

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 14

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 16

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 17

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 20

Discussão / Votação:

Redação Final 21

2ª Discussão 21

1ª Discussão 22

Requerimentos 23

Encerramento da Sessão 27

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 27

DIÁRIO Nº 030

28ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

17 DE ABRIL DE 2007

terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos

seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Mamede, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Elio Rusch, Fábio Camargo e Osmar Bertoldi (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 044/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 520/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Jayme Watt Longo, o qual convertido em lei tomou o nº 15472. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 654/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das principais peças do Processo nº 315637/03-TC, referente à impugnação de despesas da Universidade Estadual de Londrina. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 193/07/SR Curitiba do Sr. Jorge Kalache Filho, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros FGTS no mês de março de 2007, no valor de R\$ 10.063.305,81 (dez milhões, sessenta e três mil, trezentos e cinco reais e oitenta e um centavos), destinados à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, referente aos Programas Pró-Saneamento e Saneamento para Todos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3919/06-GS/SEED do Sr. Joélcio Luiz Kloss, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que solicita a remoção da Sra. Danielle Cristina Breganon. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o protocolo nº 9.277.418-0 da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que solicita a revogação do sistema de georreferenciamento, adotado pelas Secretarias de Estado da Educação. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob os Ofícios SEIM/GS nº 119 e 125/07 do Sr. Virgílio Moreira Filho, Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Ribas Carli Filho, Rui Hara, Elio Rusch, Marcelo Rangel e Antonio Belinati, que pedem esclarecimentos sobre a conclusão das investigações procedidas por técnicos do Ministério da Indústria e do Comércio, relativamente à emissão de documentos pela JUCEPAR, em descompasso com as atividades da empresa J. Malucelli Energia S.A. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o Ofício PRES nº 165/07 do Sr. Júlio Maito Filho, Presidente da Junta Comercial do Paraná, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Ribas Carli Filho, Rui Hara, Elio Rusch, Marcelo Rangel e Antonio Belinati, que pedem esclarecimentos sobre a conclusão das investigações procedidas por técnicos do Ministério da Indústria e do Comércio, relativamente à emissão de documentos pela JUCEPAR, em descompasso com as atividades da empresa J. Malucelli Energia S.A. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 525/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita documentos e esclarecimentos sobre a construção de hospital no município de Carambeí. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 91 do Sr. Carlos Dantas Pimentel Júnior, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos do Ministério Público do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita documentos e esclarecimentos sobre o pagamento aos membros do Ministério Público do Paraná, de diferenças salariais relativas a planos econômicos do governo federal. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO Nº 81/07-VG

Curitiba, 13 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Cumprindo preceito legal, comunico a V. Exa., para os fins previstos no artigo 54, X da Constituição Estadual, que tendo recebido honroso convite para participar das reuniões a serem efetivadas em Lisboa, Portugal, com a Câmara de Comércio Brasil-Portugal para tratar de rodada de negociações com empresários e técnicos governamentais e da iniciativa privada, referentes a pesquisas e produção de biodiesel, assim como de reuniões com a Direção da TAP e, ainda, participar dos eventos comemorativos da Revolução dos Cravos, estarei ausente do país no período de 23 de abril até 07 de maio de 2007.

Aproveito a oportunidade para externar votos de consideração e apreço.

(a) ORLANDO PESSUTI

Vice-Governador do Estado do Paraná

Indicação

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 063/07

SÚMULA:

Sugere a instalação de uma Unidade Regional da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, no município de São José dos Pinhais.

Ilmo Sr. Presidente da SANEPAR, Stênio Jacob:

O Deputado Francisco Bühner se dirige a V. Sa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Solicita a instalação de uma Regional Administrativa da Companhia de Saneamento do Paraná, no município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Com localização estratégica na região metropolitana de Curitiba e de elevada importância no contexto econômico e social do Paraná, São José dos Pinhais, com aproximadamente 300 mil habitantes, requer dos poderes públicos, estadual e municipal, constantes investimentos em serviços que possam suprir todas as necessidades eminentes de uma cidade em pleno desenvolvimento. Assim, se fazem necessários aportes e aprimoramentos de equipamentos de serviços públicos, de tal forma que possam estes estar adequados à demanda de utilização que o município requer, tanto por sua densidade demográfica quanto por seu parque fabril, multiplamente variado.

Desta forma e pelas razões expostas, consideramos que nossa solicitação seja observada como justa e necessária e com isso, São José dos Pinhais passe a contar com uma Unidade Regional da SANEPAR.

Memorando

MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PSB/PL/PRB/PV indicarem um membro partidário para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição que irá analisar a Proposição nº 042/07, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, que visa revogar o artigo 233, e seu parágrafo único, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) MESA EXECUTIVA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 129/07, item 08 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 127/07, item 07 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o Grande Expediente do dia 24 de abril para explanação da Dra. Joeci Camargo - Juíza da 4ª Vara de Família de Curitiba, concernente ao Projeto de Lei nº 2960/04, que dispõe sobre o procedimento simplificado de assistência judiciária gratuita nas causas de Direito de Família, institui o Núcleo de Conciliação e a Justiça Volante, de autoria do Deputado Federal Max Rosenmann, que tramita na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 854

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o respeitável Plenário, sejam abonadas as faltas a ele atribuídas nas Sessões dos dias 26, 27, 28 e 29/03/07, em razão de que, no dia 26/03/07 Teruo Kato foi internado no Hospital São Lucas, em Paranavaí, para tratamento médico com suspeita de dengue, local onde permaneceu internado até o dia 01/04/07, data na qual seu médico lhe deu alta do internamento, porém recomendou repouso absoluto por mais 7 dias, como atesta a cópia do segundo atestado, cujo original foi apresentado ao Plenário.

Requer, por fim, que a Mesa Diretora solicite à Coordenadoria de Expediente a expedição de certidão explicativa na qual conste que as ausências do Deputado Teruo Kato foram justificadas e que, portanto, abonadas essas faltas já justificadas, a frequência da presença do Deputado no Plenário foi, até a presente data, de 100% (cem por cento).

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 864

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de

Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 16 de abril, do Sr. Mounife Mohamad Chahin, pai de Nelson de Lima Chahin, funcionário deste Poder.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, votos de congratulações e aplausos para a Sociedade Recreativa Santa Felicidade - Clube Danúbio - pelos 103 anos de fundação comemorados no dia 20 de abril. Além da programação de bailes de salão, o clube oferece aulas de atividades culturais com a formação de alunos através do clube de danças.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dada ao Sr. Jair Franzoi, sócio-gerente do Clube Danúbio.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 856

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, à empresa Reciclom - Reciclagem de Material Orgânico.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à empresa Reciclom pelo seu trabalho de reciclagem do lixo vegetal, dando tratamento e destinação final ambientalmente correta, a todo o lixo verde da capital do estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 857

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, à Sra. Margarida Mercer.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Margarida Mercer, empresária de sucesso na área do turismo, é considerada uma verdadeira embaixadora dos campos gerais.

Os serviços prestados pela mesma à sua cidade, Tibagi, contam com amplo reconhecimento da sociedade local, que é grata pelo seu empenho, principalmente, em divulgar o turismo da região.

REQUERIMENTO Nº 869

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Cultura, Sra. Vera Haj Mussi e ao Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, Sr. Marco Antonio Batista, solicitando a disponibilização na grade de programação da RTVE, rede pública de rádio e televisão, das manhãs das quartas-feiras, a partir das 08h20, para que seja transmitido ao vivo, nos mesmos moldes e condições técnicas disponibilizadas para a transmissão da Escola de Governo do Paraná, o programa Escola da Oposição no Paraná, diretamente do plenarinho desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, LUIZ CARLOS MARTINS, EDGAR BUENO, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, RUI HARA e DOUGLAS FABRÍCIO.

REQUERIMENTO Nº 870

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para esclarecer a seguinte questão: quais são os critérios utilizados para a destinação dos valores de investimentos para a Universidade Estadual de Ponta Grossa em 2006?

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido funda-se no fato que outras instituições de ensino superior, mantidas com recursos públicos do Estado do Paraná, recebem valores mais expressivos em relação à Universidade Estadual de Ponta Grossa, como por exemplo:

Universidade de Londrina	R\$ 259.121.175,00
Universidade de Maringá	R\$ 219.740.810,00
UNIOESTE	R\$ 91.733.476,00
Universidade de Ponta Grossa	R\$ 82.349.834,00

REQUERIMENTO Nº 875

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Diretor-Presidente da SANEPAR, Sr. Stênio Sales Jacob, cópia do relatório da Comissão de Sindicância Interna para apurar denúncias de irregularidades na execução do PARANASAN, e também as cópias dos relatórios emitidos pela Comissão Externa, instalada na SANEPAR, por exi-

gência do agente externo financiador do Programa de Saneamento do Estado - PARANASAN.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, RUI HARA, LUIZ CARLOS MARTINS, MARCELO RANGEL, VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHO ZUCCHI e ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO Nº 876

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Diretor-Presidente da SANEPAR, Sr. Stênio Sales Jacob, a prestação de informações relativas aos seguros formalizados para as obras licitadas, executadas e em execução, pela SANEPAR, de 2004 até a presente data, juntando cópia das respectivas apólices.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(aa) RUI HARA, LUIZ CARLOS MARTINS, MARCELO RANGEL, VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHO ZUCCHI e ADEMAR TRAIANO.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 264/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica isentado da cobrança das tarifas nas rodovias pedagiadas no Estado do Paraná, toda e qualquer motocicleta.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei justifica-se tendo em vista que atualmente, vários estados do Brasil não vêm realizando a cobrança de tarifas nas rodovias pedagiadas das motocicletas de qualquer cilindrada. Por exemplo: os estados da São Paulo (96 pedágios, rodovias do estado), Rio de Janeiro, (em rodovias do estado), Rio Grande do Sul (em rodovias do estado).

A Associação dos Motoqueiros do Paraná tem hoje milhares de filiados que trafegam diariamente em nossas rodovias pedagiadas.

Atualmente, micros e pequenos produtores buscam no veículo automotor, motocicleta, economicidade para suas funções de trabalho, para que consigam reduzir custos e mantenham seu quadro de funcionários o maior tempo empregados. Mas, infelizmente a cobrança destas tarifas vem causando prejuízos aos seus pequenos negócios, e com isso, o primeiro procedimento de uma

empresa, seja qual for o tamanho desta, para mantê-la saudável, infelizmente, repito, é a demissão.

Os veículos automotores, motocicletas, não criam desgastes às rodovias, tendo em vista o seu peso, e não se justifica ser salvo de cálculos em planilhas de acréscimo de custo destas empresas de pedágio.

O presente projeto de lei visa o benefício aos cidadãos no estado do Paraná, buscando condições seguras e saudáveis no ambiente de trabalho, significando proteger e preservar o cidadão paranaense, tanto empregadores como empregados, dos altos custos para sua sobrevivência.

É mais uma forma de se construir qualidade de vida em nosso estado.

PROJETO DE LEI Nº 265/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a disponibilização, nos órgãos públicos estaduais e nas empresas concessionárias de serviços públicos, de servidor, funcionário ou empregado, com formação de Intérprete de Língua de Sinais/ Língua Brasileira, para o atendimento ao cidadão com deficiência auditiva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal cita como um dos deveres do estado e como direito do cidadão portador de deficiência, a promoção de sua integração à vida comunitária (artigo 203, IV).

A obrigatoriedade de dispor de funcionário ou empregado, com formação de conhecimento da linguagem de sinais/língua brasileira, para atender o cidadão com deficiência auditiva dentro dos órgãos públicos e das concessionárias de serviços públicos, está em consonância com o ditame constitucional acima referido.

Todo cidadão precisa ter em mãos os meios exequíveis para exercer, com dignidade, a sua plena cidadania. Esse dogma necessita ser cumprido tanto pelo estado, como pela sociedade.

E sendo esta Casa de Leis o melhor canal para representar a vontade popular, apresentamos a presente medida legislativa, a qual esperamos contar com o apoio parlamentar para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 266/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Brasileira de Assistência ao Cidadão com Câncer

e ao Especial Carente - ABRACCE, com sede e foro no município e comarca de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Assistência ao Cidadão com Câncer e ao Especial Carente é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de direito privado, com sede e foro na comarca de Curitiba - estado do Paraná e funcionando na Rua Souza Naves, 1588 - bairro Cristo Rei.

Tem por finalidade precípua congregar e prestar assistência e reabilitação aos cidadãos com câncer, os quais deverão apresentar lesões neurológicas e pessoas portadoras de necessidades especiais com comprometimentos neurológicos, todos comprovadamente carentes financeiramente. Pelos anos de existência da entidade e pelo trabalho que vem prestando em favor das pessoas mais necessitadas, ela está habilitada a ser reconhecida de utilidade pública estadual.

Contando com o voto favorável de todos os nobres colegas Parlamentares, agradeço o apoio.

PROJETO DE LEI Nº 267/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade filantrópica denominada Associação São Francisco de Assis de Pinhão, com sede no município de Pinhão, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no estado do Paraná estamos apresentando a presente proposição, para declarar de utilidade pública a Associação São Francisco de Assis de Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão/PR.

Fundada em 02 de fevereiro de 1989, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, promover o bem-estar individual dos idosos sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência social, moral, educacional, cultural, recreativa e física; atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e a defesa da garantia dos seus direitos. Planejar, apoiar e coordenar serviços, conjugar esforços para solução dos problemas relacionados aos idosos quando julgar necessário, priorizando o atendi-

mento a pessoas idosas com 60 anos acima, com exceção de alguns casos como deficiência física ou degenerativa e cujas famílias não possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 268/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instalar, nas viaturas das Polícias Civil e Militar, câmera de vídeo que grave toda ocorrência policial e permita maior visibilidade aos policiais que utilizam dos veículos.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Segurança Pública providenciará nos termos do artigo anterior, a observância desta lei, com as recomendações cabíveis à matéria e necessários para o seu cumprimento.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, que torna obrigatória a instalação, nas viaturas das Polícias Militar e Civil, de câmera de vídeo, que permitirão maior visibilidade aos policiais que estarão utilizando o veículo e que gravarão as ocorrências, objetivando proteger tanto o policial de ataques de bandidos, como também, a população de ações de maus policiais. Lembremos que em ruas de várias cidades do estado do Paraná já existe este tipo de monitoramento e que nestes locais houve visível diminuição da taxa de criminalidade.

Levando em conta que esta Casa de Leis tem a mesma preocupação que aflige a todos os que vivem em nosso estado, contamos com a aprovação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 269/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Cianorte Apoiando e Recuperando Vidas - CIAREV, com sede e foro no município de Cianorte.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A presente associação, tem como finalidade orientar as pessoas sobre o perigo das drogas e os meios de

como evitá-las, encaminhando para centros de apoio e recuperação com atendimento familiar e individual. A clientela abrangente são pessoas acima de 13 anos dependentes tóxicos de qualquer natureza ou de álcool, por meio de abrigo e vivência que as recupere para a sociedade, bem como promover campanhas preventivas.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 270/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, o Centro Educacional Infantil Criança Futuro - CEICF, com sede e foro em Londrina, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública o Centro Educacional Infantil Criança Futuro - CEICF, com sede na cidade de Londrina/PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 9718 de 12 de abril de 2005, foi declarada de utilidade pública municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos. A mesma atende 65 crianças de 2 a 6 anos em período integral de segunda a sexta-feira e tem por objetivo a elevação da qualidade do processo ensino aprendizagem e da efetivação da proposta pedagógica do centro educacional, tendo como resultado a socialização do aluno.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 271/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, o Clube das Mães Unidas, com sede e foro no município de Londrina, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública o Clube das Mães Unidas, com sede na cidade de Londrina/PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Munici-

pal nº 3420 de 1º de abril de 1982, foi declarada de utilidade pública municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo prestar atendimento a famílias de baixo nível sócio-econômico, através de prestação de assistência social aos grupos familiares, ações que proporcionem a capacitação profissional, organização de grupos de geração de renda, encaminhamento para o trabalho, através da implementação do balcão de emprego, conforme relatório de atividades da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 272/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Secretário de Estado da Fazenda, mediante requerimento fundamentado nos termos da presente lei e de seu decreto regulamentador, parcelará o pagamento de créditos líquidos e certos, tais como os oriundos de créditos tributários lançados e não recolhidos, de multas, de juros de mora, de indenizações, de restituições e demais penalidades fungíveis.

§ 1º A possibilidade de parcelamento para os créditos definidos no *caput*, inerentes ou não à Secretaria da Fazenda, será oportunizada no momento da notificação de inscrição do crédito em dívida ativa, estabelecendo-se prazo não inferior ao concedido para quitação total.

§ 2º No caso de débitos já inscritos em dívida ativa ou em execução fiscal, a autorização do parcelamento compete à Procuradoria Geral do Estado, sem incidência de honorários advocatícios no primeiro caso.

§ 3º Quando o processo administrativo originário do crédito ainda estiver sob a tutela de órgãos da administração pública estadual diferente da Secretaria de Estado da Fazenda e antes da inscrição em dívida ativa, este será enviado àquela secretaria para parcelamento, mediante requerimento formal do devedor.

Art. 2º O parcelamento poderá ser concedido em até 12 (doze) parcelas.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação, estabelecendo os critérios e condições concessivas e o procedimento administrativo para o parcelamento dos créditos definidos nesta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 13288 de 01 de novembro de 2001.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem como objetivo disponibilizar ao cidadão paranaense, pessoa física ou jurídica, o parcelamento de certos débitos, oriundos dos diversos

órgãos da administração pública estadual, ainda administrativamente e, portanto, sem incidência de custas processuais e honorários advocatícios.

Com isso se visa facilitar o pagamento de débitos que extrapolam a capacidade econômica dos cidadãos paranaenses, possibilitando também ao estado um aumento considerável na receita, tendo em vista os muitos casos de pessoas ou empresas que poderiam usufruir desta medida para sanar seus passivos com os cofres públicos estaduais.

Além disso, a medida também beneficiaria muitos municípios que dispõem de orçamento reduzido e que têm contra si débitos gerados por penalidades impostas pelos diversos órgãos da administração pública estadual, invariavelmente superiores à sua capacidade financeira, impossibilitando o pagamento e conseqüentemente, a obtenção da certidão liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Esta situação bloqueia as transferências voluntárias, ceifando os anseios dos municípios, pois impede o acesso de seus respectivos municípios a recursos estaduais e federais, inviabilizando os necessários investimentos em saúde, educação, transportes, habitação, etc.

Ademais, há que se ressaltar que atualmente, sem lei específica autorizatória, tanto a Secretaria da Fazenda, quanto a Procuradoria Geral do Estado se recusam a permitir o parcelamento, o que só é disponibilizado após o ajuizamento de processo de execução, elevando o valor, não só pela adição de custas processuais e honorários advocatícios, mas especialmente pela demora na inscrição em dívida ativa a propositura da ação, o que gera ainda considerável aumento do débito em razão dos juros de mora.

A indicação da Secretaria de Estado da Fazenda como órgão com poderes para dispor sobre os pedidos de parcelamento se faz no intuito de permitir melhor controle e análise da concessão do benefício, centralizando na pessoa do Secretário o poder de anuência, o que inclusive possibilita planejamento financeiro-orçamentário mais fidedigno por se tratar de autoridade responsável pela premissa.

O oferecimento do presente projeto se dá com fulcro nos artigos 130 e 53, incisos III, IV, V e X, ambos da Constituição Estadual, não gerando impacto financeiro negativo aos cofres públicos estaduais por aumento de despesa, nos termos daquela Carta Magna, bem como da legislação infraconstitucional estadual e federal. Vejamos:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

IV - dívida pública, abertura e operações de crédito;

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

...

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;

Art. 130. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, da Constituição Federal.

Além disso, se adequa à atribuição legislativa desta Casa de Leis disposta na legislação, bem como na jurisprudência pátria, com julgados recentes do Supremo Tribunal Federal garantindo a constitucionalidade de iniciativa de lei neste sentido por partes das Assembléias Legislativas.

PROJETO DE LEI Nº 273/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Severino Nunes de Araújo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Pernambucano de Limoeiro, com 69 anos de idade, Severino Nunes de Araújo, atual Presidente do Diretório Regional do PSB, é um dos maiores guerreiros pela democracia em nosso país. Nos momentos mais críticos que o Brasil enfrentou, durante o regime militar, Severino foi sempre um gigante em defesa da liberdade individual dos cidadãos. Quando era preciso muita coragem para defender a democracia; quando a repressão militar tentava calar os democratas, mediante até prisões, Severino, com firmeza, foi à luta defender os direitos democráticos dos brasileiros. Venceu a democracia. Venceu Severino e os poucos políticos que, como ele, apostavam numa pátria livre. O Ministério Público Militar, na época da ditadura, chegou a denunciar Severino, que respondeu a vários processos por supostas atividades subversivas. Severino, desde jovem, militou na Esquerda. Fez parte do 1º governo de Miguel Arraes, em Pernambuco, como Delegado Assistente do Trabalho. Mudou-se para o Paraná, onde viveu na clandestinidade até 1975. Casado, pai de 03 filhos elegeu-se Vereador em Uraí onde cumpriu mandato popular de 12 anos. Como Vereador, ganhou destaque nacional, por ter conseguido aprovar várias medidas de prevenção a acidentes de trabalho causados pelas máquinas de beneficiar rami e que amputa-

ram braços de centenas de trabalhadores da terra. O histórico de sua vida pública é fantástica: um notável mestre da democracia e um incansável aliado da classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para solicitar que seja consignado na ata um voto de pesar pelo falecimento, hoje pela manhã, da grande artista brasileira Nair Bello, aos 75 anos. Foi uma mulher que dedicou a sua vida ao mundo artístico e que, com certeza, deve ter feito a alegria de muitos brasileiros que acompanharam a sua carreira.

Muito obrigado.

O SR. EDGARD BUENO (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu queria registrar e agradecer a presença de 3 Vereadores de Cascavel, o Leo Mion - do PPS, o Soni Lorenzi - do PMN, e do PMDB, o Mário Seibert. Então, eu queria registrar e agradecer a presença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

O Tadeu Veneri não está presente.

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças: PMDB; PDT. **(Declinam)**

PTB: com a palavra o Deputado Jocelito Canto, por dez minutos.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente para comunicar a esta Casa que a Bancada do PTB, Deputado Carlos Simões, Deputado Jocelito, Deputado Camargo, definiu que o PTB propõe a instalação de uma CPI para esclarecer o caso PAVIBRAS. Este caso ganha repercussão diária nos jornais, comentários que às vezes até atrapalham os trabalhos - alguns comentários, claro que políticos e outros não políticos - e como esta denúncia partiu do próprio Governador, que fez esta questão de ordem naquela reunião do Grupo Mãos Limpas que ele faz toda segunda-feira, em função de que o Dr. Botto de Lacerda deixou o governo, em função disto também, em função de tudo que temos ouvido todos os dias aqui, de um lado a Oposição, de outro lado a Situação.

Então, entendemos que como há indícios de que algo não está correto, vemos, ouvimos diariamente o

Líder da Oposição falar em algo que estava em torno de 40 milhões e que no transcorrer de um período passou para 140, 160 milhões o que era 40. Então, é preciso saber o que houve. Segundo o Deputado Rossoni, eram aditivos. Ontem eu ouvi aqui o Deputado Rossoni falando que não são aditivos, que é equilíbrio econômico do contrato. E se vê diariamente a imprensa dizer que muitas obras não foram executadas.

Então, Sr. Presidente, em cima de tudo isto, em cima das declarações do Deputado Romanelli, Líder do Governo, dizendo que nada existe e que não tem nada a ver, que a apólice é correta, que não há erro nenhum, eu acho que nada mais justo do que se investigar. Acho que não está se julgando ninguém aqui, nem o Governo nem a Oposição. O que nós temos que fazer é esclarecer, esclarecer a comunidade e o mecanismo mais correto e mais completo para esclarecer é uma CPI, quando há indícios. O que são indícios? Indício é o debate promovido pela Oposição e Situação neste Plenário; indício é a imprensa cobrando todo dia; indício é o Dr. Botto de Lacerda sair do governo; indício é o Xavier assinando um documento dizendo que algo está errado!

Então, Srs. Deputados, o dever nos chama, vamos investigar! Eu estou colhendo assinaturas, o PTB contribuiu com 3 assinaturas, todos os Deputados do PTB assinaram, nós nem vamos fazer parte desta CPI porque os 7 membros da CPI não dão condição ao PTB mas o PTB quer contribuir para ver o que é que houve! Não estamos julgando aqui nem o governo nem a Oposição, queremos só esclarecer os fatos!

Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Jocelito, eu queria dizer a V. Exa., apenas para poder contribuir com seu pronunciamento, dizer que a apólice estava correta, ao contrário, feita a comunicação, a denúncia pelo Deputado Valdir Rossoni eu busquei as informações junto à SANEPAR e as trouxe, por inteiro, mostrando que ela substituiu uma apólice que havia sido adquirida de uma empresa que entrou em liquidação extrajudicial e que essa apólice, falsa, claramente identificada como falsa embora parecendo verdadeira, a própria Companhia de Saneamento do Paraná, a SANEPAR havia identificado que era falsa a apólice, porque estranhou que num documento do IRBI faltava uma assinatura. Entro em contato com o IRBI e o IRBI faz o comunicado, na verdade nem faz o comunicado, faz uma conversa estranha. A SANEPAR então entra em contato com a Seguradora Sulina, questiona novamente a seguradora e aí a seguradora manda uma resposta e a SANEPAR faz uma notificação extrajudicial. De quando estamos falando desses fatos, Deputado Jocelito? Ocorridos em dezembro de 2004.

O que eu disse aqui, e ontem o Deputado Rossoni não gostou inclusive quando eu disse que ele foi induzido a erro na medida que só trouxeram a ele a apólicezinha: "Deputado Rossoni, consulta lá a Sulina e veja se a apó-

lice é fria ou não.” Aí ele ficou 20 dias consultando a Seguradora Sulina, que disse que a apólice era fria, que eles entraram com inquérito policial. Na verdade são maus os entregadores de documentos - documentos que são públicos - mas são maus entregadores e não entregaram o processo todo, só entregaram uma folhinha!

Então, quero dizer a V. Exa., eu disse ontem aqui no pronunciamento que foi feito pelo Líder da Oposição, o seguinte: deve, sim, esta Casa formular, independentemente de ser requerimento da Oposição ou da Situação o pedido de informações oficial. Concordo que seja feito um pedido de informações especificamente dessa apólice para que a SANEPAR esclareça todos os fatos, cotação, quanto foi pago, para quem foi pago e mais, em relação também àquele outro pedido de informações que foi rejeitado na semana passada, mas que penso que é necessário esclarecermos esse tema. E mais, todas as apólices que foram firmadas de 2004 para cá pela Companhia de Saneamento do Paraná, que possam ser identificadas todas elas. Eu penso que é interessante que possamos discutir isso.

Então, quero dizer a V. Exa., nesse meu aparte, que quando V. Exa. fala de indícios, o seguinte: estamos marcando a data da vinda do Presidente da SANEPAR a esta Casa. Eu espero, Deputado Jocelito, que V. Exa. que é um Parlamentar atuante saberá ver, ouvir, discutir, aprofundar o tema. Quero dizer aos Srs. Deputados que as CPIs, Presidente, nós recentemente passamos por um processo extremamente desgastante para esta Casa e uma CPI, na minha convicção, é um instrumento extremo que só devemos utilizar quando não houver nenhum recurso que possa esclarecer a dúvida, ou então esclarecer de forma absolutamente peremptória a convicção que possa formar um Parlamentar nesta Casa sobre determinado tema.

Por isso, quero dizer a V. Exa. que eu ouço o seu pronunciamento, mas como V. Exa. é um Deputado por quem eu tenho muito respeito, peço que V. Exa. faça uma reflexão e vamos aguardar as informações sobre as apólices, vamos aguardar a presença do Presidente da SANEPAR nesta Casa e aí V. Exa. poderá continuar ou não com o pedido de assinaturas para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero dizer a V. Exa. que nada modifica, obviamente, as suas convicções, mas penso e quero aqui contribuir para fazer com que V. Exa. possa ter essa reflexão a estes passos que podemos dar em função, exclusivamente, do bom senso que deve presidir nossos trabalhos.

Agradeço a V. Exa., desculpe ter exagerado no meu aparte, mas ele é importante para estabelecermos o diálogo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não posso mais conceder apartes porque meu tempo já esgotou. Só queria dizer o seguinte: concordo com o Deputado Romanelli, eu vou inverter, como já propus a CPI eu vou colher as assinaturas e vou segurar as assinaturas. Espero o Presidente vir a esta Casa, se eu não

estiver convicto das explicações eu protocolo a CPI. Acho que não há problema nenhum, vou dar esse voto de confiança, principalmente ao Presidente da SANEPAR. Eu colho a assinatura dos Deputados que queiram aprovar a CPI, aguardamos a vinda do Presidente, se na sequência ele não for convincente, nós protocolamos a Comissão. Vou dar esse voto de confiança ao Deputado Romanelli, protocolo a CPI depois da vinda do Presidente, isto é, se eu arrumar as 15 assinaturas que faltam, porque eu estou convicto que é preciso esclarecermos esse assunto. Como V. Exa. pediu eu colho as assinaturas, peço que a Oposição e os demais companheiros me ajudem assinando e ficamos aguardando. Se não forem satisfatórias as explicações do Presidente, eu diria que é um *habeas corpus* preventivo, nós vamos protocolar a CPI.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário do PSDB, com a palavra Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não era hoje o meu objetivo fazer uso do horário da Oposição ou da liderança do partido, mas em virtude do posicionamento do Deputado Jocelito Canto eu recomendo, clara e objetivamente, aos Deputados de Oposição que não subscrevam a CPI proposta pelo Deputado Jocelito, porque se for para propor CPI será proposta pelos Deputados de Oposição, subscrita pelos Deputados de Oposição.

Isso porque nós podemos, novamente, Deputado Luiz Carlos Martins, ver aqui usarem, que não é o caso do Deputado Jocelito, mas os Deputados de Oposição têm um compromisso que assinaturas serão decididas em bloco. Hoje a Oposição nesta Casa tem um número razoável de Parlamentares, estamos fazendo um excelente trabalho mas não estamos aqui para sermos massa de manobra. Foi assim que me posicionei quando foram retiradas aquelas CPIs que achei precipitadas do Líder do Governo, preocupado com a Oposição e com as notícias de que teríamos uma avalanche de CPIs.

Já lhe concedo o aparte, Deputado Augustinho Zucchi.

Ontem eu encaminhei o meu pronunciamento aqui nesta Casa, Deputado Zucchi, falando da questão do seguro que foi feito pela SANEPAR, não foi feito pela PAVIBRAS, e pedi ao Líder do Governo para que ele voltasse atrás dos requerimentos que foram derrubados e que nos fornecesse as informações. Tão logo eu descii da tribuna, o Líder do Governo me procurou e disse que gostaria que eu novamente entrasse com os requerimentos e ele forneceria todas as informações. Estou aguardando essas informações. O que são as informações, Deputado

Luiz Carlos Martins? Todas as apólices de seguro das obras contratadas pela SANEPAR. Porque nós em poder disso, poderemos fazer um juízo de valor e temos este requerimento e a nossa assessoria já está tomando os procedimentos. Agradeço ao Líder do Governo por esse entendimento.

Eu compreendo a vontade dos Parlamentares de propor a CPI, mas o nosso medo de Deputados de Oposição é de que de repente vamos subscrever, somos minoria, não temos número suficiente e amanhã, acontece como as outras CPIs: desaparecem, retiram as assinaturas e a Oposição fica como massa de manobra. Então isso nós não vamos fazer. Esta investigação em cima da SANEPAR está sendo feita pelos Deputados de Oposição. Quando chegar o momento oportuno, depois da vinda do Presidente da SANEPAR, vamos nos reunir e tomar um posicionamento claro sobre qual é a nossa posição quanto a essa questão da SANEPAR e das investigações que estamos fazendo, porque temos muito ainda a esclarecer para chegarmos a uma conclusão e tomada de atitude nesta Casa.

Por esta razão, concedo aparte ao Deputado Augustinho Zucchi e depois ao Deputado Traiano.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Rossoni, V. Exa. como Líder da Oposição, repõe uma verdade consensual, obtida com os Deputados que fazem parte da Oposição, ou seja, qualquer assinatura deverá ser feita com ampla discussão no grupo de Deputados que compõem a Oposição. Esse é o primeiro entendimento e fundamental para que possamos ter o trabalho de Oposição como um grupo de Deputados.

Segundo ponto: louvável seja a atitude dos Deputados que assinaram e estão propondo a CPI, no entanto, o próprio Deputado Jocelito, na tribuna, disse que gostaria de pegar as assinaturas para depois ele analisar. Se ele se convencesse da vinda do Presidente da SANEPAR aqui, teríamos uma posição; se não se convencesse, uma outra posição. Confio no bom senso do Deputado Jocelito. Sei que ele poderia ter essa análise, mas não deveremos atuar em cima da análise e bom senso apenas de um Parlamentar, deveremos atuar em cima de um bom senso daquilo que é a nossa função aqui na Casa. Acho que está correto V. Exa. Vem para cá o Presidente da SANEPAR, vai debater com os Deputados sobre as questões que foram levantadas aqui, posteriormente acho que o grupo de Deputados que faz parte da Oposição, senta, analisa e vê qual é a atitude que vai tomar diante daquilo que foi discutido aqui com a presença do Presidente da SANEPAR.

Parabéns pelo pronunciamento e postura de V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu agradeço e inclusive, Deputado Zucchi, as informações que ontem o Líder do Governo nos ofereceu. Essas informações são importantíssimas para que possa-

mos ir aprofundando essa investigação que estamos fazendo paralelamente.

Com aparte o Deputado Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa., como grande Líder que é, equilibrado, está na verdade fazendo respeitar os seus companheiros, o seu grupo nesta Casa. Começam fazer Oposição ao governo atual, mas uma Oposição responsável, madura, equilibrada, não do ataque pelo ataque, de uma Oposição que, na verdade, se firma em documentos sólidos, que busca a luz da verdade, para depois tomar as providências cabíveis. É assim que este grupo está agindo.

Portanto, quero crer que não podemos, de forma alguma, entrar no “canto da sereia”, porque conhecemos posições de alguns Parlamentares desta Casa que tomam decisões e depois, ao sopro do vento do Palácio Iguaçu, mudam de posição. Isto é comum aqui, e não podemos, de forma alguma, entrar no “canto da sereia”.

Quero cumprimentá-lo por esta posição firme, determinada, de respeitar seus companheiros, até porque nós somamos, hoje, 18 Deputados de Oposição nesta Casa. É o suficiente. É lógico que se formos fazer uma CPI, vamos chamar aqueles que também querem se inserir no contexto de fiscalizar os atos do governo, mas nós teremos, sim, assinaturas suficientes para fazermos aquilo que o grupo de Oposição faz com muita clareza nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Inclusive, é importante deixar claro para os Srs. Deputados que fizemos uma reunião da Bancada da Oposição, estabelecemos um cronograma de investigações. Agora, neste momento, foi convidado o Presidente da SANEPAR. Num segundo momento, vamos convidar o Presidente do Conselho da SANEPAR. Os dois virão a esta Casa prestar os esclarecimentos, com os documentos.

Por esta razão, espero que esta documentação chegue antecipadamente à vinda dos representantes da SANEPAR. E nós vamos, dentro do critério estabelecido, dentro do que estabelecemos em reunião, vamos agir com posição. Acredito que estamos fazendo aqui e até dando uma demonstração ao próprio governo e ao próprio Governador - gostaria que o Líder do Governo me ouvisse, por favor, me ouça - estamos dando uma demonstração ao Governador que acho que V. Exa., como Líder, poderia transmitir ao Governador. O Governador não precisa, toda terça-feira, ter um ataque de stress na sua “escolinha”. Ele pode ter certeza absoluta de que nós estamos em busca da verdade. E somos muito mais formiguinhas do que sereias. Sereias são aquelas que fazem barulho e nada acontece; formiguinhas são aquelas que carregam mais peso que o seu próprio peso.

Por esta razão, este é o posicionamento da Oposição. Para ficar claro para a imprensa, para ficar claro aos Parlamentares, para ficar clara a posição que temos como Deputados de Oposição. Não estamos fugindo de CPI, também não estamos correndo atrás de CPI. Agora, também não seremos massa de manobra, porque senão, deduzindo do que eu compreendo e concluo, Sr. Presidente, agradecendo a compreensão de V. Exa., senão o governo não atende a minha região e eu proponho uma CPI e faço uso - que não é o caso, não quero fazer pré-julgamento - e uso a Oposição.

Por esta razão, nunca nos preocupamos com o número de Deputados da Oposição. Sempre nos preocupamos com a qualificação, com o posicionamento claro, não dúbio. Não estamos aqui para trocar nosso posicionamento por benesses do poder.

Por esta razão, se houver CPI nesta Casa, com assinaturas de Deputados da Oposição - e quero crer que vá existir CPI - será proposta pelos Deputados de Oposição e subscrito pelos Deputados de Oposição.

Muito obrigado, Srs. Deputados. Desculpe, Deputado Edgar, mas já avancei o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao PT, concedemos a palavra ao Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa já promoveu grande debate, neste período legislativo, com relação ao projeto de criação de região metropolitana.

No mesmo dia em que foi rejeitado pela maioria o projeto que criava a região metropolitana de Cascavel, aprovamos um requerimento onde trabalhávamos a idéia de um seminário legislativo. Esse seminário sobre regiões metropolitanas, planejamento e gestão de desenvolvimento regional integrado será no dia de amanhã.

Fizemos uma programação muito boa. Amanhã, teremos aulas magnas sobre essa temática de planejamento e desenvolvimento urbano e regional a partir de regiões metropolitanas, onde há conurbação urbana de fato e regiões onde há integração, onde não há conurbação, que é o caso de Cascavel, do litoral, Londrina, Maringá e assim por diante.

Amanhã, a partir das 9h, teremos pessoas notáveis, como o Sr. Jorge William, que é arquiteto urbanista, pessoa renomada no país todo, um consultor, um entendido nessa questão, com quem poderemos tirar nossas dúvidas acerca daquilo que é de fato papel do Estado, na medida em que ele quer desenvolver uma região a partir de planejamento regional, a partir de microrregião ou região metropolitana.

Teremos um jurista renomado que tratará dessa questão do ponto de vista técnico, daquilo que pode ser a norma para regulamentar assuntos como esse e, também, a participação do nosso Secretário de Planejamento, o Enio Verri e do nosso Secretário de Desenvolvimento Urbano, Forte Neto. Será uma oportunidade ímpar para nós já que esta Casa tinha, pelo menos 10 iniciativas de regiões metropolitanas.

Não temos dúvidas que o dia de amanhã, do ponto de vista do aprendizado com a temática ligada ao planejamento de desenvolvimento urbano e regional, será um dia histórico para esta Casa. Será muito oportuno para aprendermos sobre esse assunto que é moderno, haja vista que, por exemplo, leis que regulamentam consórcios, que foram votadas e sancionadas recentemente, leis que criam condições para otimizar recursos humanos, equipamentos, ainda não estão sendo usadas conforme deveriam. É uma oportunidade ímpar discutirmos neste Parlamento.

Eu faço aqui o convite a cada um de vocês. Vai ser neste espaço de debate. Será aqui debatido, com muita profundidade, essa temática que deve ser levada a sério. Não tenho dúvida que amanhã será uma aula magna do ponto de vista do planejamento, da visão de metropolização, daquilo que é o ideal de gestão, muitas vezes, compartilhada com as nossas cidades maiores que, muitas vezes, concentram seus maiores problemas.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elton Welter, apenas para parabenizá-lo e para dizer que esse seminário que V. Exa. propôs e leva a cabo, tem a oportunidade de desapasionar essa discussão.

No início dos trabalhos legislativos, vimos uma grande quantidade de solicitações desencadeadas pelas confirmações das regiões metropolitanas de Londrina e Maringá, mas que se não forem debatidas com especialistas e, principalmente, à luz da razão, sem nenhuma paixão, pode induzir esta Assembléia, mais uma vez, a erros e nós vamos nos lamentar no futuro.

Há 20 anos, volto a lembrar, o Paraná tinha 200 municípios e, hoje, são quase 400. Não há dúvida que dobrar, em 20 anos, os municípios de um estado, apenas serviu a maioria dos interesses daqueles que queriam nomeações, cargos e interesses mais imediatos. Acho que situações como essas onde se debate como resolver problemas comuns, juntando as forças de uma região metropolitana, é o ideal.

Quem sabe esse seminário avance ainda mais e possa sugerir ao Paraná um disciplinamento. Embora conjunturalmente neste momento não tenhamos projetos de lei que estejam fazendo nascer novos municípios, que de fato se discuta a estrutura geográfica e política do nosso estado. Enfim, apenas solicitei o aparte para parabenizar V. Exa. e dizer que sua contribuição é enorme

nesse particular a toda a Assembléia e principalmente a todo o Paraná.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Muito obrigado, Deputado Cheida. Amanhã, essa oportunidade será de fato para dirimirmos as dúvidas, acerca da implementação dessas medidas que o governo tomou, e de toda essa discussão que teve aqui no plenário em função das diversas iniciativas que foram tomadas por vários Deputados desta Casa. A idéia é, de fato, fazer com que os Prefeitos, a classe empresarial, as pessoas que têm preocupação no desenvolvimento regional, participem desse evento. A idéia é apontar aquilo que de fato é papel dessas microrregiões ou regiões metropolitanas, aquilo que define de fato a função específica. Tira-se autonomia, não tira, o que isso contribui de forma direta ou indireta para as regiões metropolitanas, microrregiões ou macrorregiões, conforme a situação regional. Portanto, é fundamental.

Quero fazer um pedido especial a cada um de vocês: a todos que tiverem oportunidade de estar aqui amanhã, venham e participem, que de fato será um dia esclarecedor do ponto de vista de que, a médio e longo prazo, vamos ter que aqui regulamentar lei que discipline os consórcios públicos; vamos ter que regulamentar aqui legislação inclusive que contemple no orçamento programas definidos nessas regiões e microrregiões.

Isso vai ser definido num médio prazo, naturalmente no orçamento do estado do Paraná. É, portanto, quem sabe a temática que mais vai interferir no dia-a-dia das cidades do Paraná, a médio e longo prazo, é o começo que está sendo estabelecido. Espero que essa forma de atuação seja um modelo que comece para ficar permanentemente uma política pública de planejamento regional.

Amanhã, peço que todos participem desse seminário legislativo. Terá espaço para perguntas, para o debate, será muito importante para tirarmos as nossas dúvidas.

Também, Sr. Presidente, não podia nesse Horário das Lideranças, deixar de me pronunciar sobre o dia de hoje. Hoje é o Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária. Eu que sou um militante ligado à agricultura familiar, não tenho dúvida que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é o movimento que de fato luta pela democratização das terras deste país.

Não me canso de defender e encampar essa luta. Tenho absoluta convicção que infelizmente, no passado, a forma como foi colonizado o Paraná e os outros entes da federação foi de forma injusta. Temos que criar condições para termos uma reforma agrária justa de fato.

Portanto, em nome da nossa bancada, toda a nossa solidariedade a esse Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária, que é neste dia 17, inclusive, através da Lei nº 10469 de 25 de junho de 2002, que foi sancionada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PDT, com a palavra, Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

A Bancada de Oposição está apresentando nesta tarde para este Plenário, o seguinte requerimento: *Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, requerem, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Cultura, Sra. Vera Haj Mussi e ao Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, Sr. Marco Antônio Batista, solicitando a disponibilização na grade de programação da rede pública de rádio e televisão, das manhãs das quartas-feiras, a partir das 8h20, para que seja transmitido ao vivo, nos mesmos moldes e condições técnicas disponibilizadas, a Escola de Governo do Paraná, o Programa Escola da Oposição no Paraná, diretamente do plenarinho desta Assembléia Legislativa.*

É justo esperarmos que os Deputados desta Casa, democráticos, nos ajudem a aprovar este requerimento. E assim possamos ter, nos moldes da Escola de Governo, a Escola da Oposição do Paraná, com transmissão da TV Educativa e das emissoras de rádio, emissoras educativas.

Creio que aí se faz justiça, porque é preciso o contraditório, e o contraditório só se estabelece quando existem os mesmo espaços para se discutir, para se colocar. É isso que o povo do Paraná espera de todos nós, porque a TV Educativa é um órgão público, do povo do Paraná e sendo do povo, esse mesmo povo, Deputado Valdir Rossoni, merece todo o respeito.

Faço um apelo ao Líder do Governo Romanelli, que nos ajude a aprovar este requerimento, para que possamos o mais breve possível começar a Escola de Oposição no Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Luiz Carlos Martins, é oportuno o seu requerimento, subscrito pela Bancada de Oposição, para estabelecermos um contraponto daquilo que o Governador Roberto Requião faz na “escolinha”, todas as terças-feiras.

O Paraná não pode ficar só com meia verdade. O Paraná tem que saber a verdade por inteiro. Portanto, nada mais democrático, nós termos esse espaço que é bancado e subsidiado pelo dinheiro público. A TV Educativa é a TV de todos os paranaenses, paga com os recursos dos impostos arrecadados neste estado, fruto da contribuição de todos nós. É exatamente isso que precisamos estabelecer.

A escola da Oposição virá contribuir com o Governador e com os paranaenses, em uma ação que vai elucidar muito as atividades neste estado. Vamos, através desse trabalho que já estamos fazendo aqui na Casa - que lamentavelmente até agora, ainda é muito pouco propagado pelo estado como um todo - mas quero crer que tenho essa oportunidade, os paranaenses terão o pleno conhecimento de tudo aquilo que ocorre neste estado, exatamente com o estabelecimento do contraditório, que é o que queremos fazer.

Parabéns pelo seu requerimento e tenho certeza que como grande democrata que é o Líder do Governo, o Deputado Romanelli e seus Pares haverão de aprovar, porque se não aprovarem, não querem na verdade que venha à luz da verdade tudo aquilo que ocorre neste estado.

Parabéns!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Até porque, Deputado Traiano, vai ser uma maravilha, porque na terça fala o governo, na quarta fala a Oposição e na quinta nós discutimos o que se falou na terça e na quarta e assim o Paraná vai indo.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Luiz Carlos Martins, para essa escolinha proposta por V. Exa. e que tem todo o nosso apoio, só espero que o professor e o Diretor dessa escola que vai se opor ao Governador, gostaria que fosse V. Exa. até porque é o contraponto - V. Exa. não vai se estressar, não vai agredir as personalidades deste estado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Eu seria o apresentador, então?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. seria aquele senhor que fica com o microfone na mão e que pode, a todo momento, intervir, ou seja, um âncora. V. Exa. terá toda essa liberdade, mas só gostaria de V. Exa., porque é próprio do seu caráter e é sua característica ser uma pessoa calma e tranqüila, mas que V. Exa. tomasse mais cuidado ainda para fazer o contraponto, mesmo porque a cada dia que assistimos aquela “escolinha”, sinto que ela faz mal à saúde do Governador, porque ele se estressa, ele xinga, ele é sádico com os seus alunos, mas também todos bem gratificados com polpudos salários, ali, que enchem a “escolinha”. A nossa “escolinha” vai ser mais vazia, porque veja que são 3 mil e 600 cargos em comissão e dá um bom número toda terça-feira, mas tenho certeza que a nossa “escolinha” será muito mais proveitosa com a liderança de V. Exa. e nós o apoiaremos.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado, só gostaria de lhe fazer uma sugestão: o senhor como maestro dessa equipe, não faça aquelas inter-

ferências alucinadas, como ocorre naquela “escolinha”. Sei que o senhor é um homem equilibrado e deverá fazer com muita categoria a coordenação dessa “escolinha”.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Até porque já existem várias lideranças nos procurando para vir até a Escola da Oposição. Ela terá um público bastante grande, porque a Oposição desempenha um papel muito importante na sociedade. Ela não pode ficar atrás do toco, mas tem que mostrar a cara.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Luiz Carlos Martins, quero dizer que sou favorável ao seu requerimento, que vou votar a favor e quando entrar no ar a “escolinha” da Oposição, vou contribuir com uma fita que guardo nos arquivos da minha vida e o senhor vai se admirar com a fita que vou contribuir. Ela está guardadinha e o Paraná não viu isso ainda, mas é uma fita espetacular e com fundamento; não é clandestina e se essa “escolinha” vier a vingar, vou contribuir com uma fita e o maestro desse depoimento é uma pessoa muito importante. O senhor vai gostar e fala exatamente sobre a TV Educativa. Vou fornecer essa fita para quando V. Exa. for o âncora, para apresentar essa fita, que vai ser um sucesso.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Até porque o Deputado Jocelito tem a oportunidade de apresentar essa fita na própria Escola de Governo. Com certeza o Governador Requião vai aceitar, até porque, pelo o que sei, essa fita não mexe com o Governador.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Não. Lá não dá. tem que apresentar na sua “escolinha”, essa que o senhor está propondo aí. Essa fita é para a sua “escolinha”. O dia em que V. Exa. implantar a “escolinha”, dou-lhe de presente a fita e V. Exa. vai me dar os parabéns.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Com todo prazer!

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Como seu tempo está acabando, só quero dizer que a sua idéia é brilhante!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, sinto que esse requerimento será aprovado nesta tarde pelo bem da democracia, pelo bem da discussão, do Parlamento, dos prós e dos contras. Na terça fala o Governo, na quarta fala a Oposição, na quinta discutimos o que foi falado na terça e na quarta e assim vamos indo.

Infelizmente o tempo está esgotado. Eu gostaria muito de dar um aparte ao Deputado Dobrandino, por quem nós temos um grande carinho e um grande respeito, e aos demais Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PP: com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Deputado Chico Noroeste, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, conheço a situação da lavoura do Paraná, da lavoura brasileira, ao tempo em que existiam os colonos. Os mais antigos conhecem bem a expressão e sabem o que era um colono em uma fazenda. Colono, empregado fazendeiro, morava na própria fazenda e, geralmente, era uma tradição o fazendeiro, além de pagar salário para o colono, dar a ele um pedaço de terra na fazenda e dizer: olha, nesse pedaço, o que você plantar, o que você colher, é seu. Muitas vezes o colono fazia até um queijinho em casa para vender fora, criava um porco, criava um frango. E de vez em quando, esse colono vinha a para a sede da cidade fazer a compra do ano. E quando o balconista de uma loja Riachuelo, de uma Casas Pernambucanas, das lojas similares, quando o balconista avistava o colono chegando, ele fazia a festa e dizia: “Oba! Hoje eu vou matar o boi!” O que era matar o boi? É que ele iria vender tanto para o colono, e ele, balconista comissionado, evidentemente, ao final do mês iria ter rendimento bem maior em termos de ganho financeiro na loja onde trabalhava. E esse colono, quase sempre acompanhado da esposa, dos filhos, comprava calça, camisa, cueca, meia, lençol, cobertor, travesseiro, vestido para a mulher, coisas para os filhos, brinquedos. A compra era tão boa que histórica e tradicionalmente a loja fornecia condução para levar esse colono de volta para a fazenda, porque o que ele tinha acabado de comprar era uma compra polpuda, valia a pena dar o transporte de graça para levar para fazenda.

Um dia, eu me lembro, o gaúcho Fernando Ferrari, que por sinal foi candidato a Vice-Presidente do Brasil, lançou a idéia do Estatuto do Trabalhador Rural. A idéia foi boa, mas desgraçadamente esse tal Estatuto do Trabalhador Rural que veio para melhorar a vida do colono, muito pelo contrário, afundou no poço da miséria o colono. A grande parte dos fazendeiros com medo do estatuto, passou a eliminar o colono da sua propriedade. E surgiu o quê? Surgiu uma população que hoje está na faixa de 15 milhões de brasileiros e brasileiras apelidados de bóias-frias. Por quê? Porque esse trabalhador, Sr. Presidente, ainda de madrugada, ainda quando está escuro, ele monta na carroceria de um caminhão, às vezes de um ônibus velho, mas quase sempre em cima de um cami-

nhão, e esse trabalhador volante, apelidado de bóia-fria, é levado para as fazendas. E é feito como se fosse um concurso de beleza, o gato, que é o que seleciona os trabalhadores volantes, praticamente transforma esse trabalhador como se fosse a escolha de um animal no mato, uma exposição, ele olha para o trabalhador e diz: para você tem serviço, para você tem, para você não tem. E quem não tem, muitas vezes volta até a pé da fazenda para a cidade, caminhando alguns quilômetros. E quando esse trabalhador está doente, também não trabalha, não ganha nada, não tem registro em carteira, não tem nada - são 15 milhões de brasileiros. E este trabalhador nem sabe quem é o seu patrão. Quinze dias ele trabalha para o fazendeiro Mané, 20 dias para o fazendeiro Pedro, um mês para o fazendeiro João, às vezes fica 3, 4 meses do ano sem serviço, quando chove também não trabalha, não ganha nada, quando está doente também não ganha nada e é levado para o hospital e é usado como cobaia para o estudante aprender a sua carreira de médico em cima do infeliz que é pobre, é utilizado como cobaia.

Entra governo, sai governo, e nada é feito de concreto para melhorar a vida de 15 milhões de brasileiros, chamados de bóias-frias, porque quando ele sai de casa e monta num caminhão, ele leva sua marmitinha com a comidinha, com a bóia que a esposa fez no dia anterior e quando fica na fazenda para trabalhar ele vai ter, quase sempre, uma refeição fria.

Portanto, Sr. Presidente, é uma situação muito triste, é o outro lado da fotografia de um país chamado Brasil que tem as maiores riquezas do mundo: tem mar, tem petróleo, tem os maiores rios de água doce, tem as riquezas naturais que Deus nos deu a vemos uma incompetência, uma má vontade das autoridades que comandam o Brasil que absolutamente não fazem nada para tirar do poço da miséria esses nossos irmãos brasileiros.

Veio o Governador Jaime Lerner, implantou várias vilas rurais e eu vejo hoje que se não for feita alguma coisa com urgência nas vilas rurais elas vão acabar, porque não há quase como o morador da vila rural sobreviver com um pequeno pedaço de terra, um pequeno lote de terra. Muitos estão morando na vila rural e indo trabalhar na cidade. Já vi isto por parte de muitos moradores da vila rural.

Então, aproveito, Presidente Nelson Justus, para defender aqui que o governo do estado, independente de quem implantou as vilas rurais no Paraná, vamos fazer alguma coisa para garantir a sua sobrevivência. O projeto foi bom, mas precisa muita coisa - falta creche nas vilas rurais, falta assistência médica - este povo, além de não ter quase nada nem para comer, ainda tem que pagar conta de luz para a COPEL, tem que pagar conta de água para a SANEPAR, utilizando água da SANEPAR para poder irrigar aquilo que eles estão plantando no pequeno lote da vida rural.

O que defendemos, Presidente Nelson Justus, é que o governo do Paraná, num gesto até de grandeza, num gesto de nobreza, mande implantar barracões em

cada vila rural, porque tem a esposa do trabalhador, tem seus filhos que podem ter ali uma máquina, um equipamento para um trabalho informal enquanto o pai está na roça ou quem sabe até trabalhando na cidade, mas o ideal é que ele permaneça na vila rural, o ideal, fundamental, importante, é que na própria vila rural as famílias possam ter também mais uma fonte de renda através do treinamento, através da qualificação desses jovens, dos adolescentes, da esposa, dos familiares que ali estão.

Em cada vila rural que eu passo, nobre Rafael Iatauro, companheiro de jornada pelos idos de 1965, Rafael Iatauro, V. Exa. que é um dos comandantes do governo, aproveitou para fazer um apelo a este coração de V. Exa. no sentido de que converse com as autoridades do governo estadual para colocar esses barracões, colocar os equipamentos para ajudar esse povo da vila rural que não é pouco, não - são milhares e milhares de famílias espalhadas por todo o Paraná, porque se a vila rural falir, se ela fracassar, essas famílias, inevitavelmente, virão bater às portas das grandes cidades em busca de emprego.

Então, até para evitar o agravamento da crise social que já é grande nas cidades grandes, médias e pequenas, onde também já não tem emprego, a solução, nobre Rafael Iatauro, é que o governo do Paraná ajude, socorra a vila rural, evitando portanto, o aumento desse bolsão de miséria, melhorando a qualidade de vida desse povo que é bom e que quer plantar, que quer trabalhar e que quer ajudar o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou aqui novamente para falar alguma coisa do passado. Tem pessoas, inclusive Parlamentares, que não gostam que falemos a respeito de coisas que aconteceram. Mas, Srs. Deputados, quero fazer um registro aqui, dizendo o seguinte:

(Lê:)

“Uma força-tarefa da Polícia Civil e do Ministério Público Estadual prendeu hoje 23 pessoas acusadas de participarem de um esquema que deixou um rombo de mais de R\$ 19 milhões nos cofres do DETRAN do Paraná em 2002.

A operação batizada de Trânsito Livre cumpriu mandados de prisão simultaneamente em 5 estados e colocou atrás das grades o ex-Diretor-Geral do DETRAN na época do governo Jaime Lerner, César Roberto Franco, e a então Coordenadora Financeira do Departamento, Eliane Carvalho.

Também foram presos os Coordenadores Jurídicos do Departamento de Trânsito em 2002, os advogados Carlos Bettas e Geraldo Zétola.

Eles são acusados pela compra ilegal de créditos tributários “podres” da empresa Vale Couros Trading S/A. Também foi preso o empresário César Arrieta, sócio da Vale Couros.

Arrieta, inclusive, já havia sido preso em 2005, pela Polícia Federal, durante a operação Tango, por negociar créditos tributários frios com empresários em dificuldades financeiras.

A prisão desses criminosos foi anunciada pelo Secretário da Segurança, Luiz Fernando Delazari, nesta terça-feira durante a Escola de Governo. Ele nos contou que as investigações foram coordenadas pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Econômicos, o NURCE, em parceria com o Ministério Público Estadual.

Essas investigações começaram em 2004 quando o DETRAN decidiu usar os R\$ 11 milhões de créditos tributários comprados sem licitação em 2002, notem, no governo Jaime Lerner, para pagar o PIS/PASEP dos funcionários.

O DETRAN então descobriu que os créditos eram podres, não existiam. Pagaram R\$ 9,5 milhões e ainda ficaram com a dívida somando mais de R\$ 19 milhões em prejuízo aos paranaenses.”

Estou fazendo este relato com muita, vamos dizer assim, insatisfação, porque não gosto de fazer relato dessas coisas, mas temos que fazer.

(Lê:)

“Vou passar aos senhores e senhoras os detalhes desta operação que prendeu ao todo 6 pessoas em Curitiba. Foram cumpridos, no total, 23 mandados de prisão preventiva, desde as 6h da manhã.

O ex-Diretor-Geral do Detran, César Franco, foi preso no início da manhã desta terça-feira em seu apartamento, no bairro Bigorrilho, em Curitiba. Ele foi levado para o 1º Distrito Policial de Curitiba, onde está preso com o restante da quadrilha.

Arrieta e outras 4 pessoas foram presas na capital paulista, 7 pessoas foram detidas pela polícia no Rio de Janeiro, outras 5 em Porto Alegre.

As investigações apontaram que o ex-sócio de César Franco, Maurício Silva é o mentor e intermediador do golpe que lesou os paranaenses.

Ele seria dono da empresa de consultoria EMBRA-COM - quem teria contato também com o economista e ex-Diretor de Operações do Banco do Estado do Espírito Santo, Paulo Primo, preso no Rio de Janeiro, acusado de assinar o ofício de consulta do DETRAN para avaliar a compra dos créditos sem licitação.

Maurício Silva também teria o contato com Ademir de Freitas Gouveia, vendedor de créditos tributários podres da Vale Couros, foi encontrado e preso na capital paulista.

As investigações apontam que logo em seguida à venda, Primo saiu do Banco do Espírito Santo e foi traba-

lhar no escritório do Marcio José Pavan, sócio de Arrieta, em São Paulo. A polícia informou que Gouveia já integrava a organização criminosa através de empresas de consultoria.

Toda a transação, conforme relata o NURCE, foi aprovada pelos Consultores Jurídicos do DETRAN Carlos Bettes, Geraldo Zétola e Eliane Carvalho, presos por ordem judicial durante a operação desta terça-feira.

Com a autorização, os R\$ 9,5 milhões foram depositados em uma conta da Vale Couros, de propriedade do argentino Arrieta e de Pavan.

A polícia rastreou o dinheiro que foi parar em contas de empresas laranjas - que o lavaram através do suposto pagamento de pequenos serviços.

As investigações ainda apontam que o dinheiro foi reunido novamente para que todos que participaram da operação ilegal recebessem sua parte.

Uma das empresas que recebeu pagamento da Vale Couros foi a Empresas SRS, de propriedade de Sonia Soder, amante de Arrieta e também presa durante a operação por ordem judicial.

As investigações do NURCE ainda descobriram que a Vale Couros funcionava como fachada para negociar créditos tributários podres. A empresa teria fraudado exportações de couro para obter créditos tributários e assim poder vendê-los no Brasil.

Durante as investigações, a polícia descobriu que a Vale Couros teria forjado um incêndio em sua sede em Porto Alegre para poder alegar que perdeu todos os documentos de exportações e assim requerer judicialmente R\$ 800 milhões em créditos tributários.

Todos os documentos que comprovariam as exportações teriam sido queimados no suposto incêndio. Para conseguir os créditos, a Vale Couros entrou na Justiça com a alegação do incêndio.

Em 2005, o processo foi encerrado pela Justiça Federal que negou todos os créditos pedidos pela Vale Couro, já que não havia nenhuma prova de exportações.

Portanto, o DETRAN do Paraná pagou os R\$ 9,5 milhões mas nunca poderá usar os créditos porque não existem. Tudo não passou de uma grande fraude.

A polícia então recorreu ao Banco Central e outros órgãos responsáveis, onde descobriu que não havia nenhum registro de exportação em nome da Vale Couros.

Meus senhores, minhas senhoras. Todos os 26 presos responderão por fraude em licitação, falsidade ideológica, peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.”

Este é o meu registro. Meu muito obrigado.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Pugliesi, seu tempo está esgotado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Em relação ao DETRAN, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte: que quando Secretário dos Transportes, o DETRAN, sob o Governo Requião, transferiu para a minha Secretaria, muitos milhões de reais que foram usados no maior programa de restauração de estradas que nós já tivemos em toda a história paranaense. Na administração anterior, essas coisas aconteceram, e é por isso que concluímos que o dinheiro não sobrou por causa dessas coisas que aconteceram no outro governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Bloco PSB/PL/PRB/PV.

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu tinha planejado falar sobre uma questão bem mais importante para o Paraná, mas acho que temos que esclarecer um episódio que ocorreu há poucos minutos na CCJ, em que o Deputado Romanelli, depois de expirado o tempo regimental para a Sessão ter continuidade, na verdade, fez uma agressão gratuita à minha pessoa e acho que o objetivo era outro. Eu vou falar, porque alguns Deputados da CCJ não entenderam e perguntaram se eu tinha ofendido o Deputado Romanelli fora do expediente ou antes. Eu falei que não, pelo contrário. O que aconteceu na CCJ hoje foi o seguinte: começamos a Sessão com 11 Deputados membros. Em um determinado momento, havia, nitidamente, 5 Deputados que votariam a favor do parecer do Deputado Rossoni e 5, a favor do voto contrário do Deputado Nereu Moura. Nesse momento, o governo usava o direito, a bancada do governo na CCJ, até o Deputado Romanelli, usava do direito regimental de encaminhar, protelando até a chegada de um novo membro. Isso efetivamente ocorreu por volta das 14h10 quando chegou o Deputado Francisco Bühner e o Presidente, tão logo acabou regimentalmente o direito, e nesse momento eu, o Deputado Rossoni e mais alguns Deputados, Douglas Fabrício, encaminhávamos na tentativa de, se chegasse um novo membro da CCJ, empatar a votação. O Deputado Augustinho Zucchi questionou o PT, que tem um membro titular e que não estava lá no momento, o Deputado Luizão, mais existia suplente. Num determinado momento, chegou o Deputado Welter, adentrou na sala e já se retirou. Logo em seguida, ficamos 6 a 5. Nesse momento, o governo tinha pressa de votar. Efetivamente foi votado. O relatório do Deputado Valdir Rossoni foi rejeitado por 6 votos a 5. Na democracia, quem perde, cala.

Posteriormente, foi colocado em discussão o voto contrário do Deputado Nereu Moura e o governo não queria que se usasse o direito regimental de protelar a

votação, para que desse as 14h30 e não se votasse. Quando chegou - e nem sei de que maneira votaria o Deputado Tadeu Veneri, mas chegou - naquele momento empatou o jogo. Aí, o governo passou a usar do direito regimental. E acabou com o Deputado Nereu Moura encaminhando, fazendo o último encaminhamento, e na sequência fez uma questão de ordem que tinha atingido a data limite.

Então, Deputado Romanelli, quero deixar bem claro que não houve desavença da minha parte, em nenhum momento. Eu usei regimentalmente...

O Sr. Luiz Carlos Romanelli (PMDB) (Aparte)

Deputado Reni, queria dizer a V. Exa. o seguinte: tenho o maior respeito e disse na reunião da CCJ que V. Exa. é um Deputado que tem um conhecimento jurídico acima da média dos integrantes da CCJ, porque lá nós temos profissionais das mais diversas áreas, pessoas com outra formação intelectual e que V. Exa. tem uma capacitação acima. Digo acima no sentido de que tem conhecimento jurídico, respeitando todos os demais integrantes da Comissão de Justiça. É um juízo de valor meu, pessoal, que sinceramente distingue V. Exa. do ponto de vista, por óbvio, do esforço de anos de estudo que V. Exa. teve na sua vida.

Quero dizer que tenho o maior respeito. Eventualmente, quando de forma veemente para tratar de um tema, o que me pareceu, Deputado Reni - se for o caso, uso o horário da Liderança do Governo - mas, o que me pareceu destacar é o seguinte: eu até procurava aqui, não sei se V. Exa. sabe, nos próximos dias a Editora Juruá publicará um livro de minha autoria, que é "A Efetividade do Direito à Moradia, à Luz da Gestão Democrática", e eu procurava, justamente, aqui um texto que tem uma citação de Fustel de Colanges, na cidade antiga, mostrando como é que era a vida do ateniense. E o cidadão ateniense, quando tinha que participar do seu demo, que ele tinha que votar, quando ele ia definir, iria definir questões importantes, então, ele tinha que iniciar, participar desde o início da discussão até o final. Não poderia faltar e nem se ausentar. Só poderia votar se tivesse participado de toda a discussão.

Quero dizer a V. Exa. que de fato qualquer pessoa, V. Exa. coloca no mesmo lugar. É irritante, mas muito irritante, numa Comissão de Justiça. E aí acho que o Deputado Durval Amaral tem que exercer a presidência da Comissão de Justiça com a mesma inteligência, que eu digo, inteligência à vida, da compreensão que é dos tribunais, dos órgãos julgadores, porque não é possível que um dos que podem votar, da Comissão, não participa da primeira votação, quando for derrotado, for rejeitado o parecer do Relator, do Deputado Valdir Rossoni, e aí a Oposição entra em obstrução, justamente esperando chegar alguém ou então mais do que isto, que era o que estava sendo feito pela Oposição, esgotar o horário para que chegasse 14h30, que era o tempo regimental previsto.

Então, quero dizer a V. Exa. que nosso Regimento, que vai ser reformado, talvez minha irritação não é com V. Exa. V. Exa. cumpre um papel brilhante aqui desta Casa, tenho o maior respeito. Se de alguma forma V. Exa. se sentiu chateado - porque ofendido nunca poderia sentir-se, porque não o ofendi, de maneira alguma - mas quero dizer que o fiz no sentido de que nós temos que reformar o nosso regimento. Ou seja, não é possível um Parlamentar que não tenha participado de uma votação, votação vencida, possa, no momento seguinte, participar de uma outra votação, sobre mesmo tema.

Se o nosso Regimento permite - e aqui chegou o Presidente, Deputado Durval Amaral - quero dizer que até formulo uma questão de ordem, porque me parece que é absolutamente razoável que estabeleçamos um critério que possa servir para a Oposição ou para a Situação, mas não é possível alguém participar de um processo de votação que fica dividido em dois momentos e você altera o quórum da votação da mesma matéria, quando você está definindo voto que já havia sido vencido. Num Tribunal de Justiça, num órgão, numa câmara de um Tribunal de Justiça é impossível que se faça esse processo dessa maneira.

Desculpe ter me alongado, mas reafirmo minha auto-estima por V. Exa. Em nenhum momento quis desrepeitá-lo e mantenho a minha relação de absoluta reciprocidade de respeito que temos mantido, ao longo deste nosso mandato e desde o período que nos conhecemos.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Eu fiz esse esclarecimento justamente porque o que pesou é que a maioria dos Deputados, a imprensa, os funcionários públicos que lá estavam presentes, deu a impressão que eu tinha feito alguma coisa errada, eu não fiz.

Concordo com V. Exa., mas o mesmo benefício que nós tivemos, também a bancada do governo teve, porque em dado momento estaria dando empate e a bancada do governo usou do direito até a chegada do Deputado Francisco Bühner. Então, é o jogo democrático. Quero dizer que não me ofendi quando V. Exa. falou que eu estava usando a minha inteligência a favor do mal, em absoluto.

Quero dizer que me sinto constrangido com esse elogio, pois não sou mais inteligente que ninguém nesta Casa, já falei, me sinto igual. O que eu fiz, hoje, foi uma regra simples e matemática: dei uma acompanhada e vi o momento oportuno que teríamos para votar e deixei bem claro o meu posicionamento em cima do projeto.

Posso até votar favorável ao projeto da maneira como está, mas depois de debatermos com os funcionários públicos, porque eles estão apreensivos com esse projeto.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado, Deputado Reni, apenas para esclarecer ao Plenário e àqueles que estavam na CCJ, que o titular da CCJ, na verdade, é o Deputado Professor Luizão. O Deputado Professor Luizão não estava no Plenário; eu estava na praça de pedágio e me ligou uma pessoa da liderança do governo, um rapaz que não recordo o nome, pedindo que eu viesse para a CCJ. Então eu vim, primeiro, a pedido da liderança do governo. Depois, ligou a Aninha da Comissão e ligou a advogada. Ora, eu não entendo, Deputado Romanelli, até onde nós podemos interpretar a CCJ só pela nossa vontade?

Eu cheguei sabendo exatamente o que estava sendo votado, tanto que eu queria contribuir com a CCJ dizendo que, no ano passado, foi exonerado um advogado, não foi encontrado outro, foi exonerado de forma irregular porque para ser exonerado o estado já deveria ter contratado outro. Então, não cabe, em nenhum momento, porque acredito que todos os 54 Deputados são absolutamente competentes e responsáveis para quando proferirem seu voto saberem o que estão fazendo. Não acho que podemos fazer ilações que estaria votando algo que não conhecesse, porque se não conhecesse não me apresentaria para votar.

Em respeito aos servidores públicos, ao Deputado Romanelli e, principalmente, em respeito àqueles que me colocaram aqui dentro, jamais eu faria um voto sem saber o que estava fazendo. Tanto sei que tenho conhecimento que há um advogado que foi exonerado, ano passado, de uma forma que não poderíamos concordar.

Obrigado pelo aparte!

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado, Deputado! Com certeza, e reafirmo em relação ao seu aparte o que falei lá: nós não somos Deputados, nós estamos Deputados.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Eu gostaria de abordar um assunto. Se a presidência me ceder um minuto, na sequência da liderança, mas rapidinho, Deputado Jocelito, 30 segundos, se possível.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só para dizer a V. Exa., ainda sobre essa questão de suplente ou não na CCJ, que nós do PTB temos um acordo - eu e o Deputado Carlos Simões - que quando um não está presente, que o outro participe. Amanhã estarei na CCJ às 13h30.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Seja bem-vindo!

Sr. Presidente, vou tentar nesse minuto que falta, falar para todos os Deputados algo que tive conhecimento, no final da semana passada, mas é algo que com

certeza nós vamos fazer. Deputado Romanelli, agora é aquela hora que vamos exercer o nosso mandato.

O Supremo Tribunal Federal, no final da semana passada, decidiu que não cabe tributação de IPVA sobre embarcações, iates, aviões particulares, táxis aéreos e afins. Pois bem, não existe coisa mais aberrante no mundo jurídico do que a sentença que foi colocada. A justificativa é que o IPVA sucedeu a Taxa Rodoviária Única. Não lembro o que era isso, mas era uma taxa federal, era vinculada para a conservação das rodovias, quando se pagava para o governo federal.

Com a Constituição de 1988, o IPVA foi instituído sobre a propriedade de veículo automotor. O iate, a lancha, não se mexem sozinhos. A não ser o barquinho a remo, o resto precisa de um motor. Então, é uma injustiça tributária tão grande, com certeza o lobby deve ter sido maior ainda, que não podemos ficar quietos.

Parece-me que o estado do Rio de Janeiro estava contestando no Supremo, mas ainda cabe um recurso. Pretendo na semana que vem ou até mesmo amanhã, se der tempo, fazer um voto de protesto para que encaminhe à bancada federal, para o Supremo, porque é uma injustiça tributária muito grande. Aqui no Paraná muitas vezes o office-boy, aquele que utiliza o veículo usado para trabalhar, paga o IPVA e ano após ano sentimos a reclamação que está subindo o imposto sobre a propriedade do veículo automotor. Agora, fica muito mais fácil, ao invés de comprar carro, comprar avião, porque não incide imposto sobre a propriedade do avião, não incide imposto sobre a propriedade de um iate.

Então, acho que esta Casa, nós como representantes legítimos do povo paranaense temos de nos pronunciar. Não é só do ponto de vista da arrecadação que o estado deixa de arrecadar com esses veículos, que são caríssimos, mas principalmente no aspecto de fazer justiça tributária de quem tem potencial para pagar, para poder aliviar a carga tributária de quem é menor.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança de Oposição, Liderança do Governo.

(Declinam)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 081/07, subscrito pelo Sr. Vice-Governador do Estado, Orlando Pessuti, constante do expediente, comunicando sua ausência do país no período de 23 de abril a 07 de maio de 2007, atendendo convite para participar das reuniões com a Câmara de

Comércio Brasil-Portugal, em Lisboa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 063/07, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, sugerindo a instalação de uma Unidade Regional da SANEPAR no município de São José dos Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Memorando subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes dos Partidos PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PSB/PL/ PRB/ PV para indicarem um membro partidário para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição, para analisar a Proposição nº 042/07 de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 854, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, solicitando abono de faltas e expedição de certidão. **À Diretoria Legislativa, para providenciar.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Antes, esta presidência solicita aos Srs. Líderes do PMDB, do PSDB, PT, Democratas e PP, para indicarem um membro partidário para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá analisar, por propositura do Deputado Caíto Quintana, apenas o artigo 233 e seu parágrafo único da Constituição Estadual.

Portanto, peço por gentileza aos Srs. Líderes que indiquem à Mesa um representante para fazer parte desta comissão.

Discussão/ Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 076/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre medidas de compensação para neutralizar emissões de dióxido de carbono - CO₂. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/07, de 06/03/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 086/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a especificação do tipo sanguíneo nos crachás dos funcionários de empresas públicas e privadas, no âmbito do estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/07, de 07/03/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 118/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver projeto específico de proteção e reflorestamento das margens de rios e lagos do estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 007/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de março de 2007, Resolução nº 003/04. **Aprovado. (Publ. no DA nº 028/07, de 12/04/07, em 1ª Discussão).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de São José dos Pinhais (Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de São José dos Pinhais (Instituto Ambiental do Paraná).

PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Protásio Lemos da Luz. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Epaminondas Xavier de Barros. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/07, que dispõe sobre estadualização, mediante incorporação, da Fundação Faculdades Luiz Meneguel, situada no município de Bandeirantes à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UNEP. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 149/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 149/07, de autoria do Poder Executivo, tem por escopo dar nova redação ao artigo 3º da Lei nº 15464 de 31 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a estadualização, mediante incorporação, da Fundação Faculdades Luiz Meneguel, situada no município de Bandeirantes à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UNEP.

Fundamentação - Legitimidade

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 24, IX, ser de competência concorrente da união, estados e distrito federal, legislar sobre:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Ainda, a Carta Magna estabelece a educação como direito de todos e dever do estado, conforme consta o artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná estabelece a competência do poder público estadual para a normatização e a garantia de aplicação das normas e conteúdos mínimos para concretização do ensino em nosso estado, conforme podemos constatar em seu artigo 183:

Art. 183. Compete ao poder público estadual normatizar e garantir a aplicação das normas e dos conteúdos mínimos para o ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos universais, nacionais e regionais.

Ainda, com base na Constituição Estadual, verificamos que é incumbência do Governador do estado o dever de regular as atribuições de seus órgãos. Neste caso, é de iniciativa privativa do Governador do estado, conforme podemos constatar abaixo:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa do Governador do estado as leis que disponham sobre:

I - A criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

A Constituição Estadual, portanto, deu vida ao princípio constitucional, posto que estabeleceu ser do Chefe do Poder Executivo Estadual a competência para dispor sobre a matéria em tela.

Ademais, não podemos deixar de ressaltar que quem pode criar pode também retirar. Qual seja, quem cria a lei é quem detém a competência para retirá-la ou modificá-la. No caso em discussão, pela simples análise do disposto na Constituição do Estado, tem-se que cabe apenas ao Governador do Estado do Paraná a competência para criar e eventualmente modificar ou retirar as leis que atinem ao tema em questão. estado

Conclusão

Em razão do exposto, estando preenchidos todos os requisitos dispostos nas Constituições Estadual e Federal, resta clara a constitucionalidade do projeto em tela. Nosso parecer é pela aprovação do presente.

Sala das Comissões, em 09.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 149/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a alteração do artigo 3º, da Lei nº 15464, por meio da qual foi estadualizada, mediante incorporação à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UNEP, a Fundação Faculdades Luiz Meneguel - FALM, situada no município de Bandeirantes.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

A Comissão de Educação apóia a proposição, pois com a nova redação por ela dada ao artigo 3º da Lei nº 15464 serão corrigidos erros materiais consistentes nas omissões de nomes de funcionários/servidores, os quais deveriam constar nas relações anexas à lei referida naquele artigo, em vista do fato de que esses servidores/funcionários já faziam parte dos quadros funcionais da FALM à época da incorporação.

A alteração é, pois, indispensável, porquanto permitirá à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior efetuar os pagamentos desses servidores/funcionários previstos no artigo 6º, combinado com o artigo 3º, da Lei nº 15464, e dar maior publicidade e transparência aos atos administrativos da FALM, uma vez que essas despesas passarão a constar da publicação do Diário Oficial do Estado - DOE. Ademais, somente a inclusão desses nomes na lista anexa à lei possibilitará à administração da UNEP acompanhar a vida funcional desses servidores.

Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 16.04.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 856 e 857, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 858, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 860, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 864, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 868, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 869, de autoria dos Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Edgar Bueno e demais Srs. Deputados da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Exa.?

(Assentimento)

Penso que deve ser esse requerimento entendido, em uma versão bem humorada, em uma crítica, muito provavelmente, ao exercício da ironia, que a Bancada de Oposição faz nesta Casa. Creio que esse requerimento pedindo para fazer a Escola da Oposição, para pessoas tão experimentadas quanto os nossos Deputados, aqui, penso que é uma ironia, entendo como tal e não acredito, Exa., que a Casa poderá votar esse requerimento. Desculpem-me os autores, mas só entendo isso como de fato uma forma de ironia! Não vou dizer que é uma brincadeira, mas é uma ironia para poder se contrapor, é claro, a um evento e público oficial, que aliás todos os Deputados estão sempre convidados, sejam os Deputados da Situação ou da Oposição. Mas, sinceramente, Sr. Presidente, não penso que - salvo para se fazer uma ironia - esse requerimento tenha sido posto aqui nesta Casa pela Bancada de Oposição.

Não vejo de outra forma e por isso penso que esse requerimento não deverá, parece-me, nem ser votado. Mas, de qualquer forma, registro aqui que talvez seja uma forma bem humorada de protestar. Creio que seja sob esse aspecto, mas como requerimento, parece-me que de fato não pode esta Casa deliberar sobre um tema igual a esse, por flagrante medida absolutamente despropositada. Então, quero obviamente aqui registrar que ouvi e li o requerimento. É um requerimento irônico e bem humorado, mas penso que não deve ser objeto de deliberação por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, para encaminhar, Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, o Deputado Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, sabe, tenho certeza, que jamais foi a intenção da Oposição apresentar um requerimento irônico, até porque o Deputado Romanelli sabe que o especialista em ironia está lá do outro lado. Então, jamais tivemos essa intenção em toda a Bancada de Oposição. Não! Nós queremos estabelecer mesmo é o contraditório. E queria fazer um apelo: Deputado Romanelli, não frustre a todos nós!

Isso é importante não para os Deputados de Oposição, mas é para as lideranças que estão lá fora e que precisam de um canal público do povo para poder se manifestar. Só isso! Acho que é bom. Isso vai crescer, o Paraná vai crescer mais ainda e é aquilo que eu disse na tribuna: o governo fala na terça, nós falamos na quarta e na quinta discutimos o que foi falado na terça e na quarta, e vamos tocando a vida. É assim que está estabelecido e nós não precisamos fazer parte do jogo. Nós não podemos ficar fora do jogo, a minoria tem que participar dessa forma, usando prerrogativas. Então, jamais, V. Exa. sabe, nós da Oposição iríamos apresentar um requerimento de forma irônica. Jamais!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Péricles.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, concordo totalmente com o Deputado Romanelli e mais uma questão interessante: tenho o maior respeito pelo Deputado Luiz Carlos Martins, mas esse requerimento quem defende é o radialista. Isso é muito interessante para que comecemos a pensar com mais profundidade sobre o papel da imprensa no Brasil e no Paraná.

Vou dar o exemplo de Ponta Grossa, fazendo um parêntese para chegar ao meu argumento central. Sou um Deputado que nunca tive acesso a rádio. Nós temos em Ponta Grossa quatro Deputados, respeito todos eles e nos damos bem pessoalmente, mas o Deputado Plauto é dono de uma rádio, o Deputado Jocelito tinha controle de duas rádios e agora tem de uma, sendo um programa grande, das 7h às 10h, e o pai do Deputado Marcelo Rangel é dono de uma rádio e tem outra rádio de sua propriedade e de seu irmão. Ora, vir falar em parcialidade de mídia em um país como o Brasil e um radialista falar isso, é uma coisa irônica, sim, no mínimo, porque os espaços são completamente diferenciados. Quem lê o Estado de São Paulo ou a Folha de São Paulo, sabe...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Péricles, V. Exa. está fugindo do assunto.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Estou argumentando.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. já encaminhou.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Mas agora ele está falando do radialista e não tem nada a ver com o radialista.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Recomendo ao Deputado Péricles que se atenha ao assunto do requerimento.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, o senhor é um homem sensível, o senhor sabe que eu estou fazendo alguns parênteses para chegar ao ponto central dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas, V. Exa. está indo muito longe para chegar aonde quer.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Só para concluir. Então, veja, essa é a primeira análise, nós temos que aprofundar, sim, a questão da mídia no Brasil da parcialidade, um aparelho ideológico, tradicional, que serve a certos interesses.

Bom, agora o Deputado Luiz Carlos Martins coloca uma questão mais irônica ainda. Ora, vamos ter a TV Assembléia, onde aí sim, o contraditório vai ser exercido, porque o cidadão paranaense... Eu li no jornal hoje, Presidente Nelson Justus, aí, sim, nesse momento o contraditório vai ser exercido: o Deputado de Oposição pode subir na tribuna, criticar o governo, questionar, criticar a Situação. Aí, sim, nós teremos o contraditório. A TV Educativa trata-se de um outro poder, que é o Poder Executivo que foi eleito pelo povo, o poder majoritário. Nós somos o poder representativo proporcional.

Ora, eu acho que em um país como o Brasil, o governo não ter o direito de falar sem ter que pagar para o grande poder da mídia fortunas para poder aparecer, é uma coisa justa. Agora, se na "escolinha" o Governador comete de vez em quando alguns excessos, acho que existe a justiça. O Deputado Luiz Carlos Martins é Oposição e pode muito bem entrar com uma ação na justiça, logo tem o direito a resposta. Agora, vir achar que a Oposição tem que ter também o horário, ora, a TV Assembléia existe exatamente para isso!

Para concluir, tenho o maior respeito por todos os radialistas, eu estou discutindo uma questão filosófica, uma questão de parcialidade, uma questão daquelas pessoas que têm muito mais chances de exercerem o seu mandato, têm espaço para divulgar o que fazem. Uma grande parte dos Deputados têm extrema dificuldade para exercer, para divulgar aquilo que eles fazem.

Então, a mídia não é imparcial no Brasil, não se pode questionar dessa forma o fato de ter um programa, uma rede pública, apresentando as ações e os planos de governo.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, demais Deputados desta Casa, eu acho um requerimento importante, aliás, uma idéia maravilhosa, porque se tem a Escola de Governo e se ela é utilizada para a informação, para formação, para capacitação, orientação, por que não pode ter a Escola de Oposição, já que estamos falando de um país democrático?

Nós vamos ter também a TV Assembléia, aliás, é compromisso da Presidência e dos Deputados desta Casa que tenhamos a TV Assembléia para podermos, a imagem, o som e a voz, chegar aos ouvidos da população. E a população saber realmente o que acontece aqui nesta Casa. Mas, enquanto não vem a TV Assembléia, os Deputados que fazem a Oposição e a Oposição é importante porque ela ajuda muito o governo, porque a Oposição faz o papel de fiscalizar, o papel de cobrar, e não faz o papel de apenas dizer amém, mas o papel, sim, de fiscali-

zar, de cobrar. E se ela tiver um espaço assim como o governo tem e para isso o dinheiro que é utilizado é dinheiro público, é dinheiro que o paranaense paga através dos seus impostos para a Escola de Governo ser transmitida ao Paraná inteiro, a Oposição tem esse direito!

Então, o requerimento eu acho uma excelente idéia do Deputado Luiz Carlos Martins. Parabéns, viu Deputado. Ótimo. E o fato de o senhor ser radialista não quer dizer que o senhor seja mais que os outros, senão só teríamos radialistas. Eu também não sou radialista e as pessoas me deram um voto de confiança para que eu viesse aqui justamente apoiar e defender os interesses da população. Tenho a certeza que a população quer saber a outra metade da verdade.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu não vou nem entrar na questão do Deputado Péricles. Até, Deputado Péricles, o senhor sabe que quando V. Exa. quiser, o meu programa está à disposição. No meu programa o slogan é: liberdade com responsabilidade. A hora que o senhor quiser, o senhor liga lá, fala, não precisa entrar na justiça, quando o senhor quiser pode entrar lá, falar à vontade, e são três rádios, não é uma só.

Mas, Sr. Presidente, eu queria dar uma sugestão aqui, que eu já havia dado e ninguém deu muita bola: esse requerimento feito pela Bancada de Oposição é na verdade um requerimento interessante, ele reivindica o contraditório. E eu falei hoje de uma fita aqui, tenho uma fita, e se um dia o Presidente quiser eu posso colocá-la aqui, até porque é pública esta fita que fala sobre a TV Educativa, que fala qual o caminho que se deve dar a uma TV Educativa. A hora que os Parlamentares assim quiserem, eu posso trazer essa fita para mostrar qual o caminho de uma TV Educativa, o que ela deve seguir, de acordo com um grande Líder aqui do estado do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, estamos falando aqui em escola, estamos falando aqui de transmissões da “escolinha”, que é um direito do governo divulgar suas obras, mas é um direito também da TV que é Educativa, que tem o sentido de educar, de mostrar os dois lados da moeda, e eu dei uma sugestão aqui e algumas pessoas levaram na gozação, eu vejo hoje que a Oposição apresenta um requerimento, baseado num pronunciamento que eu fiz aqui há uns três anos atrás, quando eu disse que a Assembléia não deveria gastar dinheiro em TV Assembléia, não. Para que gastar dinheiro, 60, 70, 100 milhões, não sei quanto vai custar para fazer a TV Assembléia? Para quê? Se temos a TV que é do estado, que poderia transmitir as Sessões da Assembléia, poderia estipular um horário, das 14h30 às 17h e a TV Educativa transmitiria daqui, a Assembléia não gastaria, o governo já tem os equipamentos, tem até um carro de externa que dá para transmitir daqui, dá para fazer um link aéreo daqui, é visual, até ali no morro, quer dizer, nós não gastaríamos

dinheiro, poderíamos transmitir as Sessões daqui. A Assembléia não precisaria completar uma programação, que é difícil fazer uma programação depois, poderia ser ao vivo.

Então, fica aqui a sugestão e eu vou apresentar um requerimento amanhã. Se não passar esse, vou apresentar amanhã colocando a idéia que a TV Educativa ceda o horário de 14h30 às 17h para a Assembléia do Paraná, para que todos possam participar das Sessões.

É esta a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, em rápidas palavras, até porque já foi encaminhado bastante um assunto, uma matéria que me parece não deve ter tanto tempo gasto.

Eu só queria colocar aqui, Sr. Presidente, o porquê e a origem do que se convencionou chamar “escolinha” de governo, porque na verdade este não é o nome, este não é o objetivo. O objetivo do governo foi de que os Secretários de Estado, os chefes de autarquias, de empresas públicas, os Diretores de Secretarias e de empresas pudessem ter uma reunião semanal para que cada setor do governo, cada Secretaria de governo se inteirasse daquilo que a outra Secretaria está fazendo. O que se percebia? Muitas vezes o Secretário da Agricultura estava com um programa e no entanto a Secretaria do Meio Ambiente desconhecia o programa da Secretaria da Agricultura. A Secretaria dos Transportes, que tem a ver também com estradas dentro do programa da agricultura, também não tinha essa possibilidade de que o governo tivesse uma visualização maior das suas ações.

Esta é a razão dessa escola que acontece, dessa reunião das terças-feiras. Vou além, Sr. Presidente, acho que o Governador Requião foi absolutamente democrático, porque esta reunião poderia estar acontecendo apenas entre entes do governo, para que o governo pudesse saber. Pelo contrário, é uma reunião aberta a todas as rádios, é uma reunião aberta a todas as televisões, a todos os jornais, não há um momento da reunião que não seja absolutamente pública, têm sido convidados, sistematicamente, os Deputados, quer sejam da Situação ou da Oposição para comparecerem na Escola de Governo, porque se formos ver, a cada dia trata-se de um assunto específico de uma área do Governo, para pleno conhecimento, para que não se tenha uma visão única de uma Secretaria, desconhecendo o que faz a outra.

Portanto, acho que é absolutamente dispensável o requerimento, até porque não estamos fazendo um confronto. A Escola de Governo não é o local destinado para discutir assuntos de Oposição ou Situação, é assunto de Paraná! Nós estaríamos fazendo um confronto de televisão num momento de Oposição, num momento de Situação, discutindo coisas que podem ser discutidas no mesmo lugar.

Vou além, Sr. Presidente, ultimamente tem se dado a palavra àqueles que estão presentes na reunião para

questionamentos, no final da apresentação daquele que vai estar inscrito para fazer. Portanto eu respeito muito a força da Oposição, porque sempre fui Oposição, nunca mudei na forma de ser quando fui Oposição. Respeito a forma da Oposição, mas acho que ela é desnecessária.

Aqui fica um convite para que os Deputados de Oposição compareçam às terças-feiras, a partir das 8h da manhã, porque estas reuniões são abertas ao público em geral e à toda imprensa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar a presença do Prefeito Eliezer Fontana do município de Corbélia e do Vice-Prefeito Jair Fontana, também de Corbélia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos a esta Casa Prefeito e Vice-Prefeito.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu não vou entrar no mérito da questão do pronunciamento do Deputado Péricles, mesmo porque acredito que o Deputado sempre teve sonho de ser radialista e ele, tentando me atingir, acabou ofendendo todos os radialistas do estado do Paraná. Ele arrendou uma estação de rádio na cidade de Ponta Grossa e talvez, por incompetência profissional, não se estabilizou.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. está saindo do tema do requerimento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Vou encaminhar aqui, Sr. Presidente. Voto favorável ao requerimento porque acho muito importante a Oposição também ter a sua voz, mas acredito que teríamos que ter também o mesmo sistema de filmagem, os mesmos equipamentos que o governo tem à sua disposição.

No site Transparência do Governo do Estado, no dia 25 de julho de 2006, a “escolinha” do governo gastou, somente em aluguel, R\$ 84.600,00. No dia 21 de setembro de 2006, a Escola do Governo gastou R\$ 84.600,00 em transmissão, somente em transmissão da “escolinha”, que nem professor tem. Então, acredito que é muito dinheiro para uma transmissão de um programa político.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente se o senhor me permite, eu fiz uma discussão em tese e fui agredido agora, pessoalmente, pelo Deputado Marcelo Rangel. A minha intenção não

foi agredir nenhum radialista. Eu discuti uma tese, lamento que o Deputado Marcelo Rangel tenha se sentido agredido e veio me acusar de forma gratuita.

Ele conhece a minha história em Ponta Grossa, sou fundador nacional do PT, nunca tive rádio. Quando fui Prefeito tive um programa, durante um ano, de uma hora, não era meu o programa, era o pai dele que era o radialista. Então, não tem nenhum sentido, Deputado Marcelo, o senhor me agredir gratuitamente quando eu fiz uma discussão, em tese, manifestando sempre o meu respeito pelos radialistas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu encareço à bancada ponta-grossense que, por gentileza, se acalme um pouco, por gentileza.

Está em votação o requerimento. A Mesa lembra que esta presidência poderia deixar de encaminhar o requerimento, desde que ele tivesse expressões descorteses, bem como deixaria de receber a resposta ao mesmo. Não é o caso, portanto a Mesa é obrigada a colocar em votação o requerimento. Cabe ao Plenário decidir. E se aprovação ou não, a resposta a quem de direito.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Até para ficar claro para a nossa bancada, Como eu acreditei que a Mesa não colocaria em votação, apenas para orientar a bancada de Situação para rejeitar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os. Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento do Deputado Luiz Carlos Martins, por gentileza queiram levantar-se.

Dezessete Srs. Deputados favoráveis.

Os que forem contrários queiram levantar-se.

Vinte e quatro Srs. Deputados.

Rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 870, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Apenas para consultar o autor, ele iria reformular a pergunta e solicito ao Deputado Marcelo Rangel que possamos encaminhar via liderança do governo.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Já reformulei, já encaminhei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
(**Lê o requerimento**)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pergunto se V. Exa. retira o requerimento para encaminharmos via liderança do governo.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Retiro sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Retirado o requerimento.

Requerimento n° 871, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 875, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Rui Hara, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados da bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento n° 876, de autoria dos Srs. Deputados Rui Hara, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e demais Srs. Deputados da bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Encaminhar favoravelmente este requerimento e o outro da SANEPAR.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que aprovam permaneçam com estão. **Aprovado.** Serve também para o outro requerimento. **Os 2 requerimentos estão aprovados.**

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Aprovou-se aqui o requerimento com relação à questão da SANEPAR. Só para confirmar com V. Exa. a data que o Presidente virá, quinta-feira que vem?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não oficializamos ainda, porque gostaríamos de reunir os 2, tanto o Presidente do Conselho como o Presidente da SANEPAR. Provavelmente ficaria para quinta-feira, dia 26, às 9h00 da manhã. Vamos definir isso, mas ficou pré-agendado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Realmente, o convite no requerimento, é para os 2 dirigentes.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Somente para registrar a presença do londrinense Moisés L. de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 069 e 070/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 149/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 037, 115 e 120/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 739/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover SUELI TERESINHA SIRIGATTI, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 740/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover MARIO NAKAMURA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 741/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover TAMARA PAULA MARCHINSKI, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 742/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ELCIO ANTONIO STRAPASSON, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 743/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover STELLA MARIS PIEGEL, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 744/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover DALTON FERREIRA DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 745/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover IZAMIR CRISTINA JOHNSON PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 746/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover LUCIA BIANECK, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 747/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover CLALSEN NEUBAUER, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 749/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover EZEQUIEL DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 750/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover MARISA MOTTI, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 751/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover LUIS HENRIQUE BIER, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 752/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ANTONIO BERNARDINO DE SENA NETO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 753/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ANA PAULA SANTOS PEDROSO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 754/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover JOSÉ RIBEIRO DE MOURA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 755/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover CRISTIANO WALTER PRADO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 756/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover GEOVANI ALBERTO SANTIN, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 757/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ADRIANO BARBOSA DA SILVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 758/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover TATIANE GONÇALVES, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 759/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover VINICIO GARCIA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 760/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ENEAS DOS SANTOS JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 761/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover LUIS CARLOS VIEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 762/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover BENITO ABRÃO PERIZZOLO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 763/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ALVIR OTTO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 764/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover NEUZA KEKES AAL, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 765/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ADEMIR GONÇALVES DE ALMEIDA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 766/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover MESSIAS DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 767/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover CARLOS ROBERTO TAVERNA DA FONSECA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 768/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ELISA MARIA VOSS RIBEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 769/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover FERNANDA FABIOLA BIER, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 770/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ALBERTO ARTUR ARCEGA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 771/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover LOESTER VARGAS ILARIO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 772/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover MARINES VERONICA PRADO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 773/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ROBERTO RODRIGUES ORTIZ, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 774/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover JULIETA STANICKI KWIATROWSKI, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 775/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover RODRIGO ALBUQUERQUE ZAMPIER, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 776/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ANDRESSA ARCEGA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 777/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover JAQUELINE RAMOS LEONI, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 778/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover LUCIANE MAIRA TEIXEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 779/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover NEUCIDES PINHEIRO LEMES, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 780/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover JONATA AMARO XAVIER, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 781/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ANTONIO CARLOS DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 782/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover SANDRA REGINA FRONZA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 783/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover EVERTON CECCON STRAPASSON, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 784/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover TATIANA DE OLIVEIRA NASCIMENTO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 785/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover BENEDITO BARBOSA NETO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 786/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover TELMIR FAVERO JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 787/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover PATRICIA SANTOS DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 788/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover MARCOS ANTONIO BARBOSA RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 789/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover HELLMUTH AUGUST BARINGER PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 790/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover MILTON CEZAR DE MATOS, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 791/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover FABIANO ALVES MACIEL, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 792/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover ZENITA MARIA ILKIV, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 793/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover NELSON SEBASTIAO GOMES, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 794/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Prover CARMEN LUCIA ROMERO BORGES DE FREITAS, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

